

Associação Nacional de História – ANPUH XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Do silêncio a palavra: identidades e representações sociais de mulheres camponesas no Noroeste do RS

Losandro Antônio Tedeschi¹

Resumo: Esta pesquisa aborda a história da mobilização social das mulheres agricultoras na região Noroeste do Rio Grande do Sul, através do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais, historiando as circunstâncias em que surgiu e se transformou, examinando as influências recebidas do discurso da Igreja Católica e do Movimento Sindical Rural. Analisar as funções e papéis sociais das mulheres agricultoras, os processos de reprodução e transformação sócio-culturais pelos quais estão passando, levando-nos a afirmar que as identidades humanas são construídas ao longo da vida, pelas representações que os grupos sociais alimentam em seus contextos culturais. As mulheres trabalhadoras rurais que guardam a história, que a contam a seus filhos e filhas, mostram uma longa vida em que as mesmas, para não falar de outras dicotomias, tiveram que enfrentar permanentemente a desigualdade, embora nunca tenham se submetido completamente a isso.

Palavras – Chave: mulheres rurais – representações sociais – gênero.

Summary: This research approaches the history of the social mobilization of the agricultural women in the region the Northwest of the Rio Grande Do Sul, through the Movement of Agricultural Diligent Women, historiando the circumstances where it appeared and if it transformed, examining the influences received from the speech of the Church Catholic and the Agricultural Syndical Movement. To analyze the functions and social papers of the agricultural women, the processes of partner-cultural reproduction and transformation for which they are passing, take-in affirming that the identities human beings are constructed throughout the life, for the representations that the social groups feed in its cultural contexts. The agricultural diligent women who keep the history, that to its children and children count to it, show a long life where the same ones, not to mention of other dichotomies, had had that to face the inequality permanently, even so never if they have submitted completely to this.

Words - Key: agricultural women - social representations – gender.

INTRODUÇÃO

O modo de vida camponês é caracterizado por três pontos fundamentais. Primeiro, pelo acesso à terra, que é o principal instrumento da produção; segundo pelo caráter familiar, em que toda a mão-de-obra é familiar e absorvida pela produção; e em terceiro pelas relações com o espaço público, isto é o mercado. Estas características indicam que a agricultura familiar é a principal forma de reprodução do campesinato² na atualidade. Mesmo assim,

¹ Doutor em História, professor da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI/Santo Ângelo - RS e coordenador do NAEI (Núcleo de Assessoria e Estudos Interculturais)

² Ver: Cyro Flamarion Cardoso. O camponês, campesinato: questões acadêmicas, questões políticas. In:

poucos estudos ainda têm pensado a agricultura familiar em sua função social, na reprodução e perpetuação dos papéis sócio-familiares historicamente constituídos, percebendo muito pouco as relações sociais e de poder que se desenvolvem no seu interior. O modelo discursivo dominante reproduz insistentemente os parâmetros do imaginário patriarcal da centralidade de poder na figura do homem, ou do pai, como chefe e responsável pela sua sobrevivência social e orgânica. A idéia de um pai que define a vida de todos perpassa pela cabeça de toda a família, da sociedade, do Estado, da assistência técnica. Predominando assim, a crença de que os homens são responsáveis pela produção e as mulheres pelo trabalho reprodutivo. A conservação desses princípios na sociedade legítima e estrutura a divisão sexual do trabalho, baseada na hierarquização do trabalho masculino sobre o feminino.

1 - A divisão social do trabalho e as representações do feminino

A vida da mulher da roça é referida a outros, prisioneira do seu gênero, sempre vivendo sob ameaça de degradação, trivialização e descrença por ser mulher. Mas também o espaço privado lhe concede certa proteção e, até, certos privilégios, a começar pela valorização de sua função materna e “civilizadora”. Na história de vida das mulheres rurais, encontramos momentos que colocam em xeque a identidade atribuída; outros depoimentos, por sua vez, expõem a presença de um imaginário patriarcal definidor dos papéis.

A cultura patriarcal rural impõe sentido ao trabalho feminino, transformando-o no “outro” apropriado com usos ilimitados. O discurso que desvaloriza as atividades femininas só se manifesta quando as mulheres rurais a internalizam e constroem um significado ao redor desta internalização. Essa identidade imposta organiza o significado, suas funções, seus papéis sexuais, implicando um comportamento adequado às funções do imaginário rural.

Os ajustes e acomodações de tarefas e funções revelam que, objetivamente, na lavoura, as atividades masculinas ou femininas se entrecruzam. Isso significa que, apesar da posição central da mulher na unidade produtiva como (re)produtora e reguladora, seu trabalho, pelas estatísticas oficiais, continua invisível, o que não significa em absoluto, que elas se sintam invisíveis ou que não tenham consciência de seu valor como produtoras, pois, nos depoimentos, fica claro que sua força de trabalho é definidora para a manutenção da vida rural, executando muitas tarefas que não “têm tempo” e, por realizar um conjunto de atividades voltadas ao bem-estar da família e ainda “ajudar” na esfera produtivo-comercial,

não têm quantificação pela sociedade.

Segundo Brumer³, a quase exclusiva responsabilidade do homem pelas atividades produtivas na lavoura pela venda dos produtos e compra de insumos excluiu as mulheres da esfera pública, na qual são tomadas todas as decisões – mesmo as que concernem ao lar. Além disso, os representantes dos organismos que trabalham com os agricultores sempre procuraram o homem agricultor; é assim que os homens estabelecem contatos, por exemplo, com a EMATER, o sindicato, a cooperativa, em seu papel de agricultores, do qual as mulheres são consideradas apenas como “donas de casa”, ficam excluídas.⁴

As agricultoras consideram a divisão do trabalho entre os sexos necessária para formar uma coletividade nas relações familiares, uma necessidade de reivindicação de poder de decisão que não está em equilíbrio. O que elas têm em comum é que querem ser visíveis, consideradas, respeitadas e valorizadas como mulheres rurais:

*O machismo ainda impera e isto tem que mudar, tem agricultor que diz esta roça aqui eu plantei e esquece da mão da mulher e dos filhos na lavoura para o resultado na roça aparecer”.*⁵

Por serem proprietárias rurais, pelo poder de acesso aos benefícios sociais, elas sabem que a repartição tradicional de tarefas e papéis reservou prioritariamente a elas os espaços privados e, a partir deles, elas usam-nos como espaços de negociação cultural com os homens.

A atuação do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais e suas bandeiras de reivindicação não almejavam a construção de canais fortes de resistência à exclusão e, portanto, não implicavam a construção de novas identidades sociais. Constatamos que as ferramentas de mobilização social articuladas pelos discursos e práticas das mulheres agricultoras refletem a presença de um sistema de valores que não pertencem às mulheres, mas que foi incorporado como uma prática cultural eminentemente masculina, definido por relações de poder, vinculados à lógica da cultura patriarcal rural e destinadas ao espaço reprodutor e não criador.

As mulheres trabalhadoras rurais poderiam construir seu ambiente pós-mobilização diante de uma infinidade de maneiras para poder resistir ou não à pressão da sociedade. As mulheres rurais passaram por negociações culturais, instalando-se em lugares até então nunca

³ BRUMER, Anita. **Considerações sobre uma década de lutas sociais no campo no extremo sul do Brasil (1978-1988)**. Ensaio Fundação de Economia e Estatística. Porto Alegre, 11(1): 124:142, 1990.

⁴ Os organismos de extensão agrícola, como a EMATER, trabalham com homens e mulheres em separado no meio rural. Com os primeiros, desenvolve as atividades produtivas e, com as mulheres, as atividades dentro da casa, como cozinhar, fazer tricô... A identidade feminina de dona de casa é reafirmada no trabalho dessas entidades, onde muitas vezes até os projetos de extensão das universidades colaboram com essa formatação da desigualdade de gênero.

⁵ Depoimento de L. M., 54 anos, Augusto Pestana, setembro de 2000.

ocupados e, de certa forma, afirmando certas práticas de poderes tradicionais.

Ocorre que as estruturas de poder local combatidas pelas agricultoras, que estavam situadas no espaço público, acabaram em grande medida sendo reproduzidas por elas, neutralizando justamente aquilo que o Movimento chama de “transformação”. A experiência pessoal e coletiva das agricultoras determinou a reprodução dos valores, de idéias e tradições presentes no imaginário rural. Logo, as experiências que as mulheres viveram, suas ações e percepções não modificaram as regras internalizadas acerca de seus papéis. E, com isso, acabaram determinando não só suas ações futuras, mas também sua identidade,

assim, a identidade é realmente algo formado, ao longo do tempo, através de processos inconscientes, e não algo inato, existente na consciência no momento do nascimento. Existe sempre algo “imaginário” ou fantasiado sobre sua unidade. Ela permanece sempre incompleta, está sempre “em processo”, sempre “sendo formada”.⁶

A análise das entrevistas revelou dois tipos de discurso: um de base individualista, principalmente de mulheres que participaram do Movimento sem assumir papéis de liderança, e outro de base coletiva, que destaca a importância da conquista de direitos, porém não expressa a presença consciente da discriminação de gênero, tanto no âmbito do privado como do público.

No imaginário das depoentes, o papel do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais e seus próprios papéis sociais são complementares e seguem um mesmo fim. Nota-se que elas não mencionam os novos desafios ou a necessidade de ir além dos benefícios sociais ou até mesmo de ir em busca do “empoderamento”, não alimentando, portanto, as mudanças nas relações de gênero. Ao incorporar as representações sociais sob a “orientação” do sindicalismo rural, passam a negar sua autenticidade enquanto movimento e, por isso, a pauta feminista que se refere a direitos individuais, sexuais e reprodutivos não atingiu o MMTR.

Podemos observar que as agricultoras que não exerceram atividades de liderança no movimento, não percebem as mudanças resultante das mobilizações sociais, e seu discurso não identifica a discriminação de gênero, nem a subordinação ao masculino e muito menos ao movimento. Seus relatos apontam para uma postura de “acomodação” e consentimento da realidade vivida no campo.

Perrot afirma que, mesmo com limitações e práticas de consentimento que as mulheres adotaram no decorrer da história, “as mulheres souberam tirar partido dos espaços que lhes

⁶ HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. 7 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2003, p.38.

eram confiados ou deixados, para dar, a si mesmas, prazeres próprios e contrapoderes eficazes, usando armas para fazer o seu lugar”.⁷

Essas agricultoras não se sentem discriminadas e não almejam uma visibilidade, no sentido de reivindicarem posições sociais no espaço público, que, segundo Scott⁸, só é possível enquanto sujeito político, quando “as mulheres se mobilizam como categoria social”.

As mulheres rurais não almejavam estar num movimento com bandeiras, ações próprias, pois, para elas, o objetivo central era conseguir direitos civis e assistenciais. Os depoimentos justificam tal afirmação:

Tive de trabalhar e trabalho muito mais do que o meu marido hoje, (...) não, eu não me sinto nada mal por não participar mais, até acho que nós já conquistamos muitas coisas (...) hoje eu deixo para as mais novas ir nas reuniões (...) já fiz a minha parte, conseguimos a aposentadoria, licença- maternidade, auxílio-doença... acho que o desafio maior foi vencido.⁹

Eu nunca quis ser líder porque tinha que sair muito de casa e largar as coisas e depois quem iria fazer para mim? Todas nós temos tarefas e obrigações a cumprir, e eu já não tenho mais idade para isso.¹⁰

Na perspectiva dessas depoentes, o que está posto do ponto de vista discursivo é a permanência de seus papéis tradicionais.

Assumindo a perspectiva de Foucault¹¹, de que a consciência de ação implica resistência, pode-se interpretar que a negação da existência de discriminação por parte das mulheres rurais na atualidade é uma forma de afirmação e controle sobre seus papéis. Como a ordem social não é questionada, e não se sentem discriminadas, vemos um assumir de uma natureza feminina e masculina fixa e de uma prática individualista pós-conquistas de direitos. Além disso, uma mulher disciplinada e sujeitada é valiosa economicamente e diminui o desgaste do poder patriarcal.

Não obstante, quando nos referimos às mulheres com um passado nas mobilizações do MMTR, muitas agricultoras insistem em que o resto das mulheres não participa porque não

⁷ PERROT, Michele. As mulheres e os silêncios da história. São Paulo: EDUSC, 2005, p. 485.

⁸ SCOTT, Joan. La querelle de las mujeres a finales del siglo XX. In: COBO, Rosa. Democracia paritaria y radicalización de la igualdad. Revista Balance y perspectivas de los estudios de las mujeres y género. Nº 40. Instituto de la Mujer, Madrid, 2003, p. 70.

⁹ Depoimento de O. C. E. ,Comunidade de Vista Alegre, 62 anos,Catuípe, abril de 2006.

¹⁰ Depoimento de M. T., Comunidade de Três Vendas, Catuípe, 60 anos, maio de 2006.

¹¹ Ao fixar o olhar no cotidiano, Foucault chama a atenção, ao mesmo tempo, para as formas de poder – que de tão frequentes tornam-se imperceptíveis. Para o autor, o poder constitui, atravessa, produz os sujeitos, categorizando o sujeito e impondo um regime de verdade – que o une à sua própria identidade – e que ele deve reconhecer e que os outros têm que reconhecer nele levando a práticas discursivas inviabilizando a condição de sujeito. FOUCAULT, Michel. Microfísica do poder. Trad. Roberto Machado, 4 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

quer. Não reconhecem as limitações das relações de gênero no espaço privado e apresentam tudo como uma escolha pessoal. Como vemos nesses depoimentos de ex-lideranças do Movimento:

*Não sobra tempo para participar, se a gente participa de tudo o que é Movimento, vai abandonar a propriedade e isso a gente não quer. A minha mãe não podia nem votar, por isso acho que a mulher agricultora já conquistou muita coisa através de suas lutas. O agricultor que não faz nota de produtor em conjunto com a mulher não consegue se aposentar”.*¹²

Eu sou uma pessoa muito mais direta hoje, tenho maior abertura, consigo até falar nas reuniões na comunidade (...) consegui isso pelo Movimento naquela época. E hoje é o marido que vai prá cidade fazer os negócios, resolver os problemas com o banco, a cooperativa e o sindicato.

*Eu acho um negócio normal. Eu acho que fiz minha parte (...) construímos a mobilização e conquistamos muitas coisas. Só que.. sei lá...A mulher ficando em casa cuidando dos filhos e o marido vai para a roça... eu não sei bem se tem diferença... só que... é o homem, por ser mais forte, agüentar mais...E o homem está habituado a outros serviços mais pesados do que a mulher, né? Fiz minha parte, temos que pensar em nossas coisas.*¹³

Esses depoimentos de ex-lideranças parecem construir uma subjetividade sem resistência às normas sociais vigentes, com uma adesão indiscutível ao papel tradicional de responsabilidade sobre a esfera familiar.

As representações sociais sobre os papéis de gênero funcionam, nesse caso, como um sistema de interpretação da realidade que regula as relações dos indivíduos com seu meio ambiente físico e social; orientando seus comportamentos e suas práticas. Isto porque as representações sociais possuem funções específicas no ambiente em que são produzidas e reproduzidas constantemente:

*Elas podem ter a função de (a) **saber** – em que as representações sociais permitem compreender e explicar a realidade; a função (b) **identitária** - em que as representações têm também por função situar os indivíduos e os grupos no campo social; a função (c) **de orientação** – em que orientam os comportamentos e as práticas por meio da definição da finalidade da situação, de um sistema de antecipação das expectativas e de uma prescrição do comportamento; e a função (d) **justificadora** - que permitem justificar a posteriori as tomadas de posição e os comportamentos.*¹⁴

¹² Depoimento de L. D., 52 anos, Grupo de Mulheres de Catuípe, abril de 2006.

¹³ Depoimento de M. B., Comunidade de Três Vendas, Catuípe, maio de 2006.

¹⁴ MINAYO, M.C. de S. O conceito de representações sociais dentro da sociologia clássica. In: GUARESCHI, P.A.; JOVCHELOVITCH, S. **Textos em representações sociais**. Petrópolis: Vozes, 1995, p. 75.

Considerando as funções das representações sociais, é possível compreender o funcionamento das ações das mulheres agricultoras e das formas que usam para explicar e justificar suas condutas numa situação ou em relação ao movimento ou em relação à família, pós-mobilização.

Pelo depoimento das ex-líderes do MMTR, está implícito que apenas os homens são capazes de adquirir a cidadania e ser sujeitos. Porém, existem aspectos da vida daquelas mulheres que escapam da teoria vigente, pois não necessariamente todas as mulheres querem ter poder, querem ser sindicalizadas, nem todas querem ter uma atuação política, e nem todas querem ter acesso ao poder no espaço público.

Ao submeterem-se à lógica da mobilização social articulada ao sindicalismo rural masculino, as mulheres tentaram fazer reconhecer-se pelos homens, com a linguagem do mundo dos homens. Apoiados em Muraro¹⁵, podemos afirmar que essa condição de retorno aos papéis tradicionais é devido à não-existência de condições de rupturas e de reflexão profunda pelo Movimento sobre o sujeito mulher.

A vinculação a uma estrutura sindical conservadora, herança de um marxismo mal digerido, levaram o MMTR a reducionismos. Procurou-se, na mulher, a trabalhadora e não a pequena proprietária rural, gastou-se muito tempo e energia em discussões mal formuladas sobre relações entre classe e gênero, permanecendo o discurso da “classe” como o eixo consensual de mobilização, até porque elas eram parte de uma classe social – a dos proprietários, fazendo com que permanecessem, mesmo vinculadas ao MMTR e ao sindicalismo, as desigualdades entre homens e mulheres no que concerne às relações de poder e gênero.

Como assinala Bourdieu¹⁶, o mundo social constrói a identidade como realidade sexuada e o faz através de princípios de visão e divisão sexuanes. Este marco vai além de uma mera representação sexual para constituir-se basicamente em um instrumento político, ou seja, através dos espaços que as mulheres rurais foram construindo se impuseram códigos dominantes de dependência social ao masculino.

As mulheres líderes, vinculadas pelo Movimento ao mundo social, não discutem e refletem situações que envolvem o mundo doméstico, pois sabem que podem muito bem conciliar tarefas e atribuições – os homens não sabem fazer isso - É importante salientar que a postura deliberada no depoimento “cumprindo com as minhas obrigações de dona de casa”

¹⁵ MURARO, Rose Maria. Os seis meses em que fui homem. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1996, p.74.

¹⁶ BOURDIEU, Pierre. A dominação masculina. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999, p. 62 .

denuncia que, sob a aparência da privacidade, essas mulheres não querem abrir mão dos poderes do espaço doméstico.

A constatação que fazemos é que a participação das mulheres em lugares de poder no espaço público está destituída de reflexão, pois elas não estão preocupadas em deter o poder masculino ou combatê-lo, mas sim estão preocupadas em manter o bem-estar da família e dos tradicionais papéis que o patriarcalismo na história delegou a elas: servir, cuidar e nutrir, e elas sabem que essas funções são ferramentas de negociação cultural em suas vidas.

O MMTR se construiu dentro de um contexto cultural ditado pelas regras do sindicalismo masculino, seja de direita ou de esquerda. Com algumas mulheres líderes, o sindicalismo masculino ganhou força no campo, legitimando-se. A conquista de “pseudoespaços de igualdade” na esfera pública acabou-se instalando pequena elites de mulheres a serviço do sistema patriarcal, que assumem cada vez mais o discurso masculino, e por outro lado, as mulheres que não exercem mais a liderança ou que participaram do MMTR estão imbuídas de representações sociais que asseguram a persistência das tradicionais relações de gênero, poder e trabalho no campo.

Se considera errôneo não enxergar na cultura patriarcal uma atuação sobre os papéis sociais do homem e da mulher. Tampouco se considera incorreta a interpretação de que, sob a ordem patriarcal de gênero, as mulheres não detêm nenhum poder. Os depoimentos são a prova disso, pois, com efeito, a cumplicidade exige consentimento e este só pode ocorrer numa relação par, nunca díspar, como é o caso das relações de gênero no meio rural. O consentimento exige que ambas as partes desfrutem do mesmo poder, mostrando como o discurso dominante reproduz literalmente a lógica androcêntrica presente no meio rural. Mesmo essa lógica discriminando a mulher rural, elas se atribuem poderes e vêm esse espaço como um espaço próprio de seu domínio.

Não são as mulheres que se inferiorizam, são as relações de poder que lhes atribuem um lugar menor, pois elas falam do trabalho pesado, da divisão dos papéis na família, numa perspectiva de afirmação e não de submissão. Mesmo quando é negado às mulheres o direito de decidir, de participar dos processos de decisão na produção e no próprio espaço doméstico, as mulheres estão em todos os lugares; basta olhar a dinâmica cotidiana rural para que se constate que elas, em maior ou em menor medida, realizam todas as atividades produtivas e reprodutivas na família. E por serem proprietárias do lote rural, o discurso de dominação e da subserviência ao homem não tem sentido para elas.

BIBLIOGRAFIA

BRUMER, Anita. A participação das mulheres na produção familiar agrícola. **Paper apresentado no encontro de PIPSA**. Projeto de Intercâmbio de Pesquisa Social na Agricultura, 1995.

_____. Considerações sobre uma década de lutas sociais no campo no extremo sul do Brasil (1978-88). **Ensaio Fundação de Economia e Estatística**, ano 11, n.1, 1990, pp.124-42.

BOURDIEU, Pierre. A dominação masculina. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999

CARDOSO, Cyro Flamarion. O camponês, campesinato: questões acadêmicas, questões políticas. In: CHEVITARESE, André Leonardo (Org). **O campesinato na história**. Rio de Janeiro: Relumê Dumará, FAPERJ, 2002.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Trad. Roberto Machado. 4.ed. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

INFANTES, Anastácia Téllez. Trabajo y representaciones ideológicas de género. Propuesta para un posicionamiento analítico desde la antropología cultural. **Gazeta Antropológica**, n.7, texto 17, Universidad Miguel Hernández – Alicante, Espanha, 2001, p.08.

MEDEIROS, Leonilde Servolo. Os trabalhadores do campo e desencontros nas lutas por direitos. In: CHEVITARESE, André Leonardo (Org). **O campesinato na História**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, FAPERJ, 2002, p.168.

MINAYO, M.C. de S. O conceito de representações sociais dentro da sociologia clássica. In: GUARESCHI, P.A.; JOVCHELOVITCH, S. **Textos em representações sociais**. Petrópolis: Vozes, 1995, p. 75.

PERROT, Michele. **As mulheres e os silêncios da história**. São Paulo: EDUSC, 2005. p.485.

SCOTT, Joan. La querelle de las mujeres a finales del siglo XX. In: COBO, Rosa. Democracia paritaria y radicalización de la igualdad. **Revista Balance y perspectivas de los estudios de las mujeres y género**. n.40. Instituto de la Mujer, Madrid, 2003. p.70.

TEDESCHI, Losandro. **Mulheres camponesas da região noroeste do Rio Grande do Sul: identidades e representações sociais**. Tese de doutoramento: UNISINOS, São Leopoldo, 2007.

FONTES ORAIS:

Depoimento de M.B., Comunidade de Três Vendas, Catuípe, março de 1999.

Depoimento de D. B.,Linha 7 Leste, Ijuí, maio 1999.

Depoimento de L. D., 48 anos, Grupo de Mulheres de Catuípe, agosto de 1997.

Depoimento de L. S., comunidade de Três vendas, Catuípe, abril de 2006.

Depoimento de M. T., Comunidade de Três Vendas, Catuípe, 60 anos, maio de 2006.

Depoimento de L. D., 52 anos, Grupo de Mulheres de Catuípe, abril de 2006.

Depoimento de M. B., Comunidade de Três Vendas, Catuípe, maio de 2006.